

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	3
5.3 - Descrição - Controles Internos	4
5.4 - Alterações significativas	5

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	6
10.2 - Resultado operacional e financeiro	13
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	16
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	17
10.5 - Políticas contábeis críticas	45
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	47
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	48
10.8 - Plano de Negócios	49
10.9 - Outros fatores com influência relevante	50

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Os resultados operacionais da companhia e sua situação financeira estão expostos a risco de crédito e inadimplência, e poderão ser afetados também por diversos fatores macroeconômicos como: inflação, alteração da taxa de juros, política monetária e fiscal do governo, flutuações cambiais, instabilidade social e política, controle de importações e exportações, mudanças na conjuntura econômica do país.

Através da Midway S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento, no decorrer de 2010, a Companhia continuou a gerenciar seu estoque de provisões para devedores duvidosos com o intuito de manter a relação PDD x Saldo da Carteira nos patamares adequados em relação ao nível de risco das operações. Com o objetivo de melhor ilustrar o processo de constituição da provisão para devedores duvidosos, segue tabela contendo a abertura da carteira por faixa de atraso e seus respectivos estoques de provisão. O quadro traz ainda uma comparação da relação PDD x Saldo da carteira com os níveis mínimos exigidos pela resolução 2.682 do BACEN.

Dezembro de 2010					SALDO PDD (%) Mínimo requerido (Bacen)	
Faixa de atraso (dias)	Risco	Carteira	Saldo PDD	Saldo PDD (%)	Risco	SALDO PDD (%) Mínimo requerido (Bacen)
em dia	A	610.514	19.123	3,1%	A	0,5%
15-30	B	24.881	1.762	7,1%	B	1,0%
31-60	C	22.191	2.086	9,4%	C	3,0%
61-90	D	17.231	2.884	16,7%	D	10,0%
91-120	E	18.681	7.285	39,0%	E	30,0%
121-150	F	12.843	8.348	65,0%	F	50,0%
151-180	G	11.198	10.190	91,0%	G	70,0%
181-360	H	90.492	90.492	100,0%	H	100,0%
Dezembro de 2010 Total		808.031	142.171	17,6%		
Até 180 dias		717.539	51.679	7,2%		
Índice de Cobertura (Vencidos há mais de 90 dias)*						106,7%
Saldo PDD x Mínimo requerido (Bacen)						122,5%

* PDD Total sobre créditos com atraso superior a 90 dias (E-H)

Conforme ilustrado, a Midway Financeira possui estoque de provisão superior ao patamar mínimo estabelecido pelo Banco Central para todas as faixas de volume de carteira (A-H). Sendo assim, a Companhia encerrou o trimestre com saldo de PDD 22,5% acima do mínimo requerido pelo BACEN. Além disso, vale destacar que a provisão total atual cobre 106,7% dos créditos em atraso superiores a 90 dias.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos***Risco Cambial***

As desvalorizações do real em relação ao dólar podem criar uma pressão inflacionária adicional no Brasil e resultar em aumentos da taxa de juros, o que afetaria negativamente os níveis de consumo no varejo e a economia brasileira como um todo. Além disso, a desvalorização do real pode afetar a capacidade de pagamento das obrigações em moeda estrangeira e afetar a situação financeira e resultado operacional da companhia.

O risco cambial da Companhia provém, basicamente, da importação de produtos para revenda. Atualmente a empresa não faz nenhum tipo de proteção a possíveis variações cambiais considerando que: (i) curto prazo de pagamento que, em média, é de 60 dias; e (ii) baixo volume de importação, onde uma max-valorização do dólar norte-americano significaria uma redução das margens desses produtos.

Análise de sensibilidade de moeda estrangeira

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição a variações de cotação no dólar norte-americano decorrentes dos saldos de fornecedores em aberto e em moeda estrangeira no fim do período de relatório. A Administração da Companhia não considera a possibilidade de variações significativas nas taxas de câmbio.

Risco de taxa de câmbio

Cenário de taxa de Câmbio				
Cenários				
Indexador	Provável	Possível	Remoto	
US\$	1,62	2,03	2,43	
Valores em R\$ mil				
<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário I</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Passivo de fornecedores estrangeiros	Alta do US\$	5.001	6.242	7.500

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

Atualmente a Companhia não possui Comitês para o gerenciamento de riscos financeiros de acordo com sua política interna de administração. A diretoria é responsável pelo monitoramento e aderências das operações financeiras a nível de exposição e aos riscos definidos pela administração, através de relatórios periódicos validados pelas auditorias interna e externa.

Através da Controlada Midway S.A. – Crédito Financiamento e Investimento, existe o Comitê de Auditoria obrigatório pelas regras do Banco Central – BACEN.

Não utilizamos instrumentos de proteção cambial (hedge), visto que os produtos importados representam uma parcela pequena de nossas vendas e nossa margem de contribuição já suporta os custos incorridos na venda de mercadorias.

A partir do dia 25 de outubro de 2011, a Companhia contratou seguro para seus três centros de distribuição localizados nas cidades de Guarulhos/SP, Natal/RN e Manaus/AM com vigência de 12 meses (até o dia 25 de outubro de 2012). O valor da cobertura é de R\$ 280.000.000,00 (Duzentos e Oitenta Milhões de Reais) e compreende os sinistros relacionados a incêndio, inclusive decorrentes de tumultos, queda de raio e explosão de qualquer natureza.

Com exceção do seguro mencionado acima, a Companhia mantém a política de não contratar seguros contra incêndios para parte substancial dos seus ativos. Essa política leva em consideração os seguintes aspectos:

- a) Parque fabril distribuído em cinco fábricas segregadas fisicamente;
- b) Imóveis comerciais;
- c) Sistemas de processamento de dados protegidos por “backup”;
- d) Todas as instalações possuem aparelhamento específico para combate imediato a eventuais incêndios; e

Em cerca de 50 anos de existência da Companhia, não há históricos de incêndios que tenham trazido perdas relevantes.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado a que a Companhia e suas controladas e coligadas atuam.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

NÃO SE APLICA.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**a) Condições financeiras e patrimoniais gerais**

A companhia encerrou o ano de 2010 com resultados expressivos, conforme podemos evidenciar nos principais indicadores financeiros e operacionais apresentados a seguir, reforçando seu plano de expansão e consolidação no mercado nacional. A companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir suas obrigações de curto e longo prazo, graças a sua geração de caixa próprio e a sua capacidade de endividamento disponível. Tais elementos devem fornecer liquidez e recursos de capital suficientes para cumprir sua estratégia comercial para um futuro previsível, no que tange ao capital de giro, dispêndios de capital e outras necessidades operacionais.

Informações Consolidadas					
	2010	2009	2008	Variação Percentual 2010/2009	Variação Percentual 2009/2008
Patrimonio Líquido	1.949.478	1.683.800	1.509.903	15,8	11,5
Ativo Total	3.169.164	2.547.534	2.256.619	24,4	12,9
Receita Líquida	2.607.984	2.184.124	1.909.999	19,4	14,4
Resultado Bruto	1.492.583	1.236.858	971.403	20,7	27,3
Resultado Líquido	337.795	215.095	136.938	57,0	57,1
Número de Ações	62.400	62.400	62.400		
Valor Patrimonial da ação (R\$)	31,24163	26,98397	24,19716		
Resultado Líquido da ação (R\$)	5,41338	3,44704	2,19452		

O patrimônio líquido consolidado em 2010 foi de R\$ 1.949,4 milhões, registrando uma variação de 15,8% em relação ao ano de 2009 no valor de R\$ 1.683,8 milhões, ante 2008 cujo valor encerrado no exercício foi de R\$ 1.509,9 milhões.

Em 2008 o EBITDA gerado pela companhia foi de R\$ 311,9 milhões e em 2009 no valor de R\$ 441.7 milhões, com um crescimento de 41,62%. No último exercício (2010) encerramos com R\$ 584.2 milhões e uma variação anual de 32,25%.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas**

Em 31 de Dezembro de 2010 possuíamos uma dívida líquida, que resulta da soma das obrigações financeiras deduzidas das disponibilidades e aplicações financeiras, de R\$ 68,3 milhões contando com um patrimônio líquido de R\$ 1.949,4 milhões. A relação entre dívida líquida e patrimônio líquido no período foi de 3,39%, conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008
Total dos empréstimos e financiamentos	394.031	101.054	121.862
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(131.051)	(31.609)	(33.645)
(-) Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	(194.619)	(51.219)	(46.564)
Dívida (caixa) líquida	68.361	18.226	41.653
Total do patrimônio líquido	1.949.478	1.683.800	1.509.903
Total do capital	2.017.839	1.702.026	1.551.556
Índice de dívida líquida	3,39%	1,07%	2,68%

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos assumidos

A administração entende que a Companhia tem plenas condições de honrar suas obrigações existentes além de contar com recursos suficientes para quitar dívidas, despesas e cobrir investimentos, para continuar a expandir suas operações.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As fontes de financiamentos dos investimentos utilizados nos projetos da Companhia e de suas controladas costumam ser de própria geração de caixa operacional, mas atualmente estamos utilizando linhas de financiamento do governo com taxas de juros subsidiadas (BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A administração acredita que a nossa disponibilidade de caixa e recursos de capital próprio são suficientes para cumprir com as obrigações da companhia. Caso haja deficiências de liquidez, estas serão cobertas com o próprio caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais***f) Níveis de Endividamento e as características de tais dívidas***

O saldo total consolidado de empréstimos e financiamentos em 31/Dezembro/2010 apresentado pela companhia foi de R\$ 394,03 milhões, ante R\$ 101,05 milhões em 2009 e R\$ 121,86 milhões em 2008.

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Até 31 de dezembro de 2010, foram liberados pelo BNDES R\$ 407.461 mil para o Grupo, sendo R\$ 386.713 mil para a Riachuelo, R\$ 5.850 mil para a Guararapes e R\$ 14.898 mil para o Midway Mall.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010 comparado com os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2009 e de 2008.

Análise das Demonstrações de Resultado Consolidado:***Receita Líquida***

Receita Líquida Consolidada	2010	2009	2008
Receita Líquida Consolidada - em R\$ mil	2.607.984	2.183.457	1.909.999
Receita Líquida Midway Financeira	384.273	248.838	67.047
Receita Líquida Midway Mall	35.642	32.513	21.575
Receita Líquida Consolidada de Mercadorias	2.188.068	1.902.106	1.821.376

A receita líquida consolidada evoluiu em 19,4% em 2010, comparado ao ano anterior, e 14,3% quando comparado 2009 a 2008. A receita líquida de mercadorias, proveniente da Riachuelo, teve um crescimento de 15% no ano de 2010 em relação a 2009, como consequência do desenvolvimento do modelo integrado – indústria e varejo, da melhora do processo de alocação de estoques e da busca constante por maior variedade de itens expostos por m².

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais***Lucro Bruto***

Lucro Bruto Consolidado	2010	2009	2008
Lucro Bruto Consolidado - em R\$ mil	<u>1.492.583</u>	<u>1.223.568</u>	<u>971.403</u>
Lucro Bruto Midway Financeira	312.946	218.546	54.649
Lucro Bruto Midway Mall	35.642	32.513	21.575
Lucro Bruto Consolidado de Mercadorias	1.143.995	972.510	895.178

O lucro bruto consolidado aumentou em 22,0% em 2010, comparado ao ano anterior, e 26,0% quando comparado 2009 a 2008. O crescimento obtido no último exercício é consequência da consolidação dos resultados provenientes da Midway Financeira e, também, do desenvolvimento do processo de integração entre Riachuelo e Guararapes.

Margem Bruta

Margem Bruta	2010	2009	2008
Margem Bruta consolidada de mercadorias (indústria + varejo) em R\$ mil	<u>52,3%</u>	<u>51,1%</u>	<u>49,1%</u>

A margem bruta consolidada de mercadorias (indústria + varejo) representou 52,3% da receita líquida em 2010, com uma variação de 1,2 p.p. em relação ao ano anterior. Em 2009 a margem atingiu 51,1% variando 2,0 p.p. em comparação a 2008.

Despesas com Vendas

Despesas com Vendas	2010	2009	2008
Despesas com Vendas - em R\$ mil	<u>(679.500)</u>	<u>(681.341)</u>	<u>(756.169)</u>

As despesas com vendas totalizaram R\$ 679,5 milhões, com redução de 0,3% em relação ao ano anterior. Excluindo os efeitos das perdas e PDD, o valor obtido em 2010 foi de R\$ 615,2 milhões, com uma variação de 16,2% superior ao apurado em 2009, representando 23,6% da receita líquida ante 24,3% relativos a 2009.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais***Despesas Gerais e Administrativas***

Despesas Gerais e Administrativas	2010	2009	2008
Despesas Gerais e Administrativas - em R\$ mil	<u>(357.993)</u>	<u>(319.306)</u>	<u>(239.103)</u>

Como consequência da transferência de parte das despesas relacionadas à operação do Cartão Riachuelo para a Midway Financeira, agora contabilizadas como despesas administrativas, as despesas gerais e administrativas do grupo apresentaram uma evolução de 12,1% em 2010, totalizando R\$ 357,9 milhões. Em 2009 a evolução foi de 33,5% em comparação a 2008.

Lucro Líquido

Lucro Líquido	2010	2009	2008
Lucro Líquido consolidado em R\$ mil	<u>337.796</u>	<u>214.151</u>	<u>136.900</u>

O lucro líquido consolidado da companhia apresentou um crescimento de 57,7% em 2010 em relação ao ano anterior, gerando uma margem líquida de 13,0% calculada sobre a receita líquida total consolidada. Em 2009 a variação foi de 56,4% superior a 2008, gerando uma margem líquida de 9,8% sobre a receita líquida total da companhia.

Análise do Balanço Patrimonial consolidado**Considerações sobre as principais contas do Ativo:*****Disponibilidades***

Disponibilidades	2010	2009	2008
Disponibilidades - em R\$ mil	<u>325.670</u>	<u>82.828</u>	<u>80.209</u>

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

No final do exercício de 2010 a companhia possuía o saldo total de disponibilidades em R\$ 325,6 milhões, ante R\$ 82,8 milhões em 2009, um aumento devido principalmente a entrada de recursos do BNDES.

Contas a Receber

Contas a Receber	2010	2009	2008
Contas a Receber - em R\$ mil	<u>843.138</u>	<u>674.123</u>	<u>422.022</u>

O saldo de Contas a Receber totalizou R\$ 843,1 milhões em 2010, registrando um aumento de 25,1% em relação a 2009, que havia totalizado R\$ 674,1 milhões. Este aumento se deve, em grande parte, a expansão do número de lojas.

Estoque

Estoque	2010	2009	2008
Estoque - em R\$ mil	<u>428.128</u>	<u>339.602</u>	<u>375.803</u>

Os estoques totalizaram R\$ 428,1 milhões em 31/Dezembro/2010, representando um aumento de 26,1% comparado a 2009, em decorrência do processo de integração entre indústria e varejo. No decorrer de todo o ano, 100% da produção da Guararapes foi destinada à Riachuelo.

Imobilizado

Imobilizado	2010	2009	2008
Imobilizado - em R\$ mil	<u>1.367.905</u>	<u>1.243.925</u>	<u>930.221</u>

O saldo de Imobilizado totalizou R\$ 1.367,9 milhão em 2010, representando um aumento de 10,0% em relação ao ano anterior, que registrou o total de R\$ 1.243,9 milhão. No ano de 2010 os investimentos do grupo em ativos fixos totalizaram R\$ 181,3 milhões. Deste montante, R\$ 150,2 milhões (83%) foram destinados à Riachuelo, sendo R\$ 109,7 milhões alocados no processo de abertura de novas lojas.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Considerações sobre as principais contas do Passivo:*****Empréstimos e Financiamentos***

Empréstimos e Financiamentos	2010	2009	2008
Empréstimos e Financiamentos (PC+ELP) - em R\$ mil	<u>394.031</u>	<u>101.055</u>	<u>121.677</u>

O saldo de empréstimos e financiamentos, em 31 de Dezembro de 2010, totalizou R\$ 394,0 milhões, ante 2009 que havia encerrado com o saldo total de R\$ 101,0 milhões. Este aumento se deve principalmente a captação de recursos do BNDES.

Patrimônio Líquido

Patrimônio Líquido	2010	2009	2008
Patrimônio Líquido - em R\$ mil	<u>1.950.658</u>	<u>1.683.134</u>	<u>1.326.798</u>
Capital Social Realizado	1.500.000	1.300.000	1.200.000
Reservas de Lucro	264.600	198.014	126.798
Ajuste de Avaliação Patrimonial	186.058	185.120	-

A companhia encerrou 2010 com um saldo de Patrimônio Líquido em R\$ 1.950,6 milhão, representando um aumento de 15,9% em relação ao ano anterior, que havia totalizado R\$ 1.683,1 milhão. Este crescimento se deve ao incremento no capital social em R\$ 200,0 milhões no exercício de 2010 e à retenção de lucros.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**a) Resultados das operações da Companhia**

As receitas da companhia provêm do varejo, através da venda de mercadorias da Riachuelo, das operações financeiras como vendas parceladas, seguros e empréstimo pessoal administrados pela Midway Financeira e serviços, pela receita de locação de lojas através da Midway Shopping.

Em 2010 foram inauguradas dezesseis lojas, totalizando 314,5 mil m² de área de vendas. O plano de expansão da companhia inclui uma alteração completa no visual arquitetônico e no visual merchandising das lojas e em continuidade ao processo de integração a totalidade da produção da Guararapes foi destinada à Riachuelo. A importância desta estratégia reflete-se na participação dos produtos Guararapes nas vendas da Riachuelo, que evoluiu de 19% ao final de 2004 para 52,8% ao final de 2010.

O quadro a seguir demonstra os resultados do grupo referente aos três últimos exercícios:

Resultado Operacional	2010	2009	2008
Receita Líquida Consolidada - em R\$ mil	<u>2.607.984</u>	<u>2.183.457</u>	<u>1.909.999</u>
Receita Líquida Midway Financeira	384.273	248.838	67.047
Receita Líquida Midway Mall	35.642	32.513	21.575
Receita Líquida Consolidada de Mercadorias (Indústria + Varejo)	<u>2.188.068</u>	<u>1.902.106</u>	<u>1.821.376</u>
Lucro Bruto Consolidado - em R\$ mil	<u>1.492.583</u>	<u>1.223.568</u>	<u>971.403</u>
Lucro Bruto Midway Financeira	312.946	218.546	54.649
Lucro Bruto Midway Mall	35.642	32.513	21.575
Lucro Bruto Consolidado de Mercadorias (Indústria + Varejo)	<u>1.143.995</u>	<u>972.510</u>	<u>895.178</u>
Margem Bruta Consolidada de Mercadorias (Indústria + Varejo)	52,3%	51,1%	49,1%

No ano de 2010 a receita líquida consolidada evoluiu de R\$ 2.183,5 milhões em 2009 para R\$ 2.607,9 milhões em 2010, com crescimento de 19,4%. A receita líquida consolidada em 2010 é composta pela receita líquida de Midway Financeira (R\$ 384,3 milhões), pela receita líquida do Midway Mall (R\$ 35,6 milhões) e pela receita líquida de mercadorias, que foi R\$ 2.188,1 milhões.

Em relação ao período anterior, de 2008 a 2009, houve um crescimento na receita líquida consolidada de 14,3%, principalmente devido à apropriação das receitas da Midway Financeira que totalizaram R\$ 248,8 milhões em 2009.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Em relação ao lucro bruto consolidado, em 2010 totalizou R\$ 1.492,6 milhões com crescimento de 22,0% em comparação ao ano anterior. Em 2009 o lucro bruto consolidado atingiu R\$ 1.223,5 milhões representando uma evolução de 25,9% em relação a 2008.

A margem bruta consolidada em 2010 representou 52,3% da receita líquida total de mercadorias, registrando uma evolução de 1,2 p.p. em relação ao ano anterior, que havia registrado 51,1%. O crescimento é consequência da consolidação dos resultados provenientes da Midway Financeira e do processo de integração entre Riachuelo e Guararapes. Em comparação ao período de 2009 a 2008, a margem bruta consolidada evoluiu 2,0 p.p..

Reconciliação do EBITDA (R\$ Mil)	2010	2009	2008
Lucro Bruto	<u>1.492.583</u>	<u>1.223.568</u>	<u>971.403</u>
(-) Despesas com Vendas	(679.500)	(681.341)	(756.169)
(-) Despesas Administrativas	(357.993)	(319.306)	(239.103)
(-) Outras Receitas ou Despesas Operacionais	(45)	14.014	(371)
(+) Receita da Operação Financeira	2.316	71.843	210.869
(+) Incentivo Fiscal de IR	38.084	33.992	45.800
EBIT	<u>495.445</u>	<u>342.770</u>	<u>232.429</u>
(+) Amortização e Depreciação	88.798	98.997	79.511
EBITDA	<u>584.243</u>	<u>441.767</u>	<u>311.940</u>
Margem EBITDA	22,4%	20,2%	16,3%
Margem EBITDA sobre vendas de mercadorias	26,7%	23,2%	17,1%

O EBITDA passou a incorporar a partir de 2008, as receitas referentes ao incentivo fiscal de IR. O intuito desta alteração é contemplar a receita gerada por tais incentivos, visto o peso estratégico de tal elemento nas operações da Companhia.

Como consequência do desempenho das vendas, da redução dos níveis de inadimplência e do controle de despesas operacionais, O EBITDA evoluiu de 32,3%, passando de 441,8 milhões em 2009 para R\$ 584,2 milhões em 2010. A margem EBITDA sobre a receita líquida de mercadorias atingiu 26,7% no ano (22,4% se calculado sobre a receita líquida consolidada da Companhia).

Do período de 2008 a 2009, o EBITDA cresceu em 41,6%, partindo de R\$ 311,9 milhões para R\$ 441,7 milhões em 2009. Neste exercício, a margem EBITDA representou 23,2% sobre a receita líquida de mercadorias (20,2% se calculado sobre a receita líquida consolidada da Companhia).

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Lucro Líquido e Margem Líquida	2010	2009	2008
Lucro Líquido consolidado em R\$ mil	<u>337.796</u>	<u>214.151</u>	<u>136.900</u>
Margem Líquida consolidada	13,0%	9,8%	7,2%

No ano de 2010 o lucro líquido atingiu R\$ 337,8 milhões com crescimento de 57,7% em relação a 2009, que havia registrado R\$ 214,2 milhões. A margem líquida calculada em 2010 registrou 13,0% sobre a receita líquida consolidada da companhia, representando um crescimento de 3,2 p.p. em comparação ao ano anterior. Se calculado sobre a receita líquida de mercadorias, a margem líquida representaria 15,4% em 2010 e 11,3% em 2009.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

A receita proveniente do varejo é impactada por alterações no volume de vendas, número de lojas, número de clientes e modificação nos níveis gerais de preços que poderão reduzir o poder de compra do nosso público-alvo, afetando o consumo e capacidade de adimplência.

c) Impacto da inflação, na variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio, e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

A inflação poderá afetar os resultados operacionais da companhia, sendo que uma taxa mais elevada acarreta em um aumento nos custos dos insumos das mercadorias, podendo impactar no preço final de venda.

Variações na taxa de câmbio também podem afetar os resultados operacionais e financeiros da companhia, sendo que a desvalorização do real em relação a outras moedas estrangeiras pode criar pressões inflacionárias e inversamente, a valorização excessiva do real prejudica as exportações e favorece as importações fortalecendo a competição com produtos provenientes do exterior.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

Não são esperados pela Companhia:

- Introdução ou alienação de segmento operacional;
- Constituição, aquisição ou alienação de participação societária;
- Eventos ou operações não usuais.

Que venham a causar efeitos relevantes nas demonstrações financeiras e os resultados.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**1. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****1.1. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE**

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:

- ✓ As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRSs") emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como "Consolidado" – IFRS e BR GAAP; e
- ✓ As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como "Controladora" – BR GAAP.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela CVM.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Desta forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando conforme as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**1.2. NEUTRALIDADE PARA FINS TRIBUTÁRIOS DA APLICAÇÃO DA LEI Nº 11.638/07 E DA MP Nº 449/08 (LEI Nº 11.941/09)**

A Companhia optou pelo Regime Tributário de Transição (RTT) instituído pela MP nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09), por meio do qual as apurações do imposto sobre a renda (IRPJ), da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), da contribuição para o programa de integridade social (PIS) e da contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS), para o biênio 2008-2009, continuam a ser determinadas sobre os métodos e critérios contábeis definidos pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, vigentes em 31 de dezembro 2007. Dessa forma, o imposto de renda e a contribuição social diferidos, calculados sobre os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis advindas da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08 (Lei nº 11.941/09), foram registrados nas demonstrações financeiras da Companhia, quando aplicáveis, em conformidade com o CPC 32 – Tributos sobre o Lucro. A Companhia manifestou a referida opção na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ) em 2009 e 2010.

1.3. BASE DE ELABORAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto pelo ativo imobilizado para o qual a Companhia optou pela avaliação ao custo atribuído (*deemed cost*), conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Essas demonstrações financeiras consolidadas são as primeiras elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRSs”). Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a Companhia adotou as mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil introduzidas pelos pronunciamentos técnicos CPC 15 a 40.

1.4. MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia e controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam (“moeda funcional”). As demonstrações financeiras individual e consolidadas são apresentadas em reais, a moeda funcional da Companhia e de suas controladas.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**1.5. TRANSAÇÕES E SALDOS EM MOEDA ESTRANGEIRA**

Na elaboração das demonstrações financeiras as transações em moeda estrangeira são registradas de acordo com a taxa de câmbio vigente na data de cada transação.

No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício.

1.6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**1.6.1. Ativos financeiros**

Os ativos financeiros mantidos pela Companhia e suas controladas, quando aplicável são classificados sob as seguintes categorias: (a) ativos financeiros mantidos até o vencimento; (c) ativos financeiros disponíveis para venda; e (c) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados.

a) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem mantidos até a data do vencimento, os quais são mensurados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais, menos eventual perda por valor recuperável, quando aplicável.

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, no caso da Companhia e suas controladas, compreendem os saldos em aplicações financeiras de curto prazo, conforme demonstrado na nota explicativa nº 6.

b) Ativos financeiros disponíveis para venda

Quando aplicável são incluídos nesta categoria os ativos financeiros não derivativos, como títulos e/ou ações cotadas em mercado ativo ou não cotadas em mercado ativo, mas que possam ter os valores justos estimados razoavelmente.

As Controladas Riachuelo e Midway Financeira possuem instrumentos financeiros classificados nesta categoria, que correspondem a títulos e valores mobiliários.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**c) Empréstimos e recebíveis**

São incluídos nesta classificação os ativos financeiros não derivativos, com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor do custo amortizado utilizando-se o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva.

No caso da Companhia e controladas compreendem:

- Caixa e equivalentes de caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

- Contas a receber de clientes

As contas a receber de cartão de crédito (Riachuelo e terceiros) e empréstimo pessoal são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Os montantes a receber são registrados com base nos valores nominais e não são ajustados a valor presente, pois os mesmos não são relevantes nas demonstrações financeiras.

No caso da Midway S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento, as operações vencidas após 60 dias têm seus rendimentos registrados na conta “Contas a receber”, e a transferência desta para o resultado ocorrerá somente quando do efetivo recebimento dos valores vencidos.

- Provisão para créditos de liquidação duvidosa

É constituída considerando-se a média histórica de perdas efetivas, complementada pela análise da Administração sobre as prováveis perdas dos créditos em aberto.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

As contas a receber que possuam evidências objetivas que demonstram que uma perda ocorreu após o reconhecimento inicial desse ativo, e que esta perda representa um impacto nos fluxos de caixa futuros são provisionados. A Midway Financeira considera evidências de perdas considerando as características de sua carteira de crédito e são avaliados coletivamente agrupando-se ativos financeiros (contabilizados a custo amortizado) com características de risco similares.

1.6.2. Deterioração de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual deterioração de ativos (impairment). São considerados deteriorados quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado o fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

1.6.3. Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia são substancialmente representados por fornecedores e adiantamentos de contrato de câmbio. Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária ou cambial incorridos.

Quando aplicável, estes são demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período.

1.7. ESTOQUES

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor.

Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

- ✓ Matérias primas: custo de aquisição segundo o custo médio, líquido dos impostos compensáveis quando aplicáveis.
- ✓ Produtos acabados e em elaboração: custo dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal.
- ✓ Estoques de materiais para manutenção e consumo: custo de aquisição segundo o custo médio, que não excede ao seu custo de reposição, os quais são baixados como custo da produção por ocasião do consumo ou obsolescência.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

A Administração espera que os estoques de matéria-prima e produtos acabados sejam recuperados em um período inferior a 12 meses. Os estoques de materiais de manutenção são classificados nos ativos circulante ou não circulante, considerando o histórico do consumo.

Quando necessário, os estoques são deduzidos de provisão para perdas, constituída em casos de desvalorização, obsolescência de produtos e perdas de inventário físico.

1.8. BASE DE CONSOLIDAÇÃO E INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes com as adotadas pela controladora. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas e o valor de participação dos acionistas minoritários é calculado e demonstrado separadamente.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**1.9. PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO (CONSOLIDADO)**

A propriedade para investimento é representada por terrenos e edifício no Midway Shopping Center Ltda. mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou valorização do capital.

A propriedade para investimento é avaliada ao custo, incluindo os custos da transação.

O valor justo é mensurado para fins de divulgação e não reflete os investimentos futuros em capital fixo que aumentem o valor das propriedades e também não refletem os benefícios futuros relacionados derivados desses dispêndios futuros.

1.10. IMOBILIZADO

Terrenos, edifícios, máquinas e instalações estão demonstrados pelo valor justo (na data de transição), os demais bens do imobilizado são registrados ao custo, deduzidos de depreciação acumuladas e perda por redução do valor recuperável (se aplicável).

A depreciação dos ativos inicia-se quando estão prontos para uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. É reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo, pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e imobilizações em andamento que não sofrem depreciação). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final de cada balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

A baixa de um item do imobilizado ocorre após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultante do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas decorrentes de alienações são determinados pela comparação com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado na conta "Outras (despesas) receitas – líquidas".

Os encargos financeiros incorridos sobre empréstimos não estão incluídos no custo de aquisição dos itens do ativo imobilizado, uma vez que o tempo médio de montagem e abertura de uma loja é de aproximadamente 3 meses, não se enquadrando na definição de ativo qualificável.

Imobilizações em andamento para fins de fornecimento de produtos ou serviços ou administrativos, são registradas ao valor de custo, deduzidas de qualquer perda por redução ao valor recuperável reconhecida, quando aplicável. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o exercício em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

A Companhia adotou a prática de revisão dos custos históricos dos bens do ativo imobilizado e utilização da prática do “custo atribuído” (“deemed cost”), conforme opção prevista nos parágrafos 20 a 29 da ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43, para registro do saldo inicial do ativo imobilizado na adoção inicial do CPC 27 - Ativo imobilizado e da ICPC 10, para as rubricas de terrenos, edifícios, máquinas e instalações. Para os demais itens do ativo imobilizado da Controladora, a Administração concluiu que o custo histórico se aproxima do valor justo em função das manutenções e reformas e neste caso não se aplica a prática do custo atribuído.

Para as Controladas, não foi adotada a prática do custo atribuído, em função das análises realizadas pela Administração para os itens de relevância registrados no imobilizado, representados substancialmente por bens de informática, instalações e benfeitorias em imóveis locados, concluiu-se que o custo histórico registrado aproxima-se do valor justo desses bens e, portanto, não se aplica a prática do custo atribuído. Tal conclusão está amparada nos seguintes aspectos: (i) as lojas locadas pela Companhia são submetidas a reformas periódicas com o objetivo de modernizá-las e torná-las adequadas e atrativas ao seu público. Nos últimos cinco anos, cerca de 60% das lojas da Companhia foram remodeladas ou inauguradas; (ii) as instalações das Centrais de Distribuição foram recentemente reformadas, visando adequar ao modelo de gestão dos estoques; e (iii) as instalações da Matriz foram reformadas e modernizadas em 2006.

1.11. PERDA POR REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS NÃO FINANCEIROS (“IMPAIRMENT”)

Os bens do imobilizado, intangível outros ativos não circulantes são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, ocorrendo perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do período.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**1.12. INTANGÍVEL**

O ativo intangível é demonstrado ao custo de aquisição deduzido da amortização acumulada no período, apurada de forma linear com base em sua vida útil definida.

As licenças de programas de computador adquiridas são capitalizadas e amortizadas às taxas 20% ao ano. Gastos associados à manutenção de softwares são registrados no resultado do exercício como despesa, a medida que são incorridos.

1.13. SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS

As subvenções governamentais são reconhecidas quando existe segurança razoável de que a Companhia irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas.

São reconhecidas sistematicamente no resultado durante os períodos nos quais a Companhia reconhece como despesas os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar.

1.13.1. Imposto de renda sobre o lucro da exploração

A Companhia goza de incentivos fiscais do imposto de renda sobre o resultado auferido na comercialização de produtos de sua fabricação nas unidades fabris localizadas em Natal e Fortaleza. Esses incentivos, concedidos pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, consistem na isenção ou redução de 75% de imposto de renda sobre resultados apurados em cada unidade fabril, até o ano-base de 2017.

1.13.2. Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS

A Companhia possui incentivo fiscal no âmbito do Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará – FDI concedido até agosto do ano de 2023, correspondente a financiamento equivalente a 75% do ICMS devido, corrigido pela TJLP, e amortização com desconto de 99% após carência de 1 mês.

Adicionalmente, a Companhia é beneficiária de incentivos no âmbito do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte – PROADI, concedidos até maio de 2019, sob a forma de financiamentos equivalentes a 75% do valor do ICMS. Os financiamentos estão sujeitos a juros de 3% a.a. e a atualização monetária com base na variação da TR. A amortização das parcelas ocorrerá com desconto de 99% do valor atualizado, após carência de 2 meses.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**1.14. TRIBUTAÇÃO**

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

1.14.1. Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício que difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente para a Companhia e suas controladas com base nas alíquotas vigentes no final do exercício.

As provisões para imposto de renda e contribuição social foram constituídas às alíquotas de 15% (quinze por cento), mais adicional de 10% (dez por cento), e 9% (nove por cento), respectivamente, sobre o lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões admitidas.

1.14.2. Lucro da exploração

Conforme descrito no item 2.13.1 desta nota explicativa, a Companhia possui incentivos fiscais concedidos pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE no que tange a:

- fabricação de produtos com redução de 75% sobre o imposto de renda e adicionais não restituíveis, pelo prazo de 10 anos a 2017.

1.14.3. Impostos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável.

Os impostos diferidos passivos foram reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, associadas a ajustes decorrentes da adoção dos novos pronunciamentos, inclusive no Regime Tributário de Transação (RTT) como: custo atribuído dos ativos imobilizados e os impostos diferidos ativos sobre as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Os impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que seja liquidado/realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em “outros resultados abrangentes”, ou diretamente no patrimônio líquido.

1.15. PROVISÕES

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

1.16. DEMAIS PASSIVOS CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos até as datas dos balanços patrimoniais.

1.17. APURAÇÃO DO RESULTADO E RECONHECIMENTO DA RECEITA

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais concedidos ao comprador e outras deduções similares, se houver.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**1.17.1. Venda de produtos**

A receita de venda de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

- A Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos;
- A Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos;
- O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade;
- É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

Mais especificamente, a receita de venda dos produtos é reconhecida quando os produtos são entregues e a propriedade legal é transferida.

1.17.2. Receita/despesa de arrendamento

Os pagamentos de arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa na controlada e como receita na controladora pelo método linear pelo período de vigência do contrato.

1.18. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

Representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de adiantamentos de contratos de câmbio, aplicações financeiras, clientes, variação monetária e cambial ativa e passiva, e descontos obtidos de fornecedores pelo pagamento antecipado de duplicatas.

1.19. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais responsável pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é representado pelo Diretor Presidente.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**1.20. DIVIDENDOS**

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia; entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem as demonstrações contábeis, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações contábeis, é registrada na rubrica “Dividendo adicional proposto”.

1.21. DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base para preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

1.22. PRINCIPAIS FONTES DE JULGAMENTO E ESTIMATIVAS

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas CPC determinam que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: provisão para crédito de liquidação duvidosa, provisões para perdas de inventário, redução dos valores de recuperação dos ativos, provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia e de suas controladas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais, e estão demonstrados a seguir:

a) Redução dos valores de recuperação dos ativos

A cada encerramento de período de relatório, a Companhia revisa os saldos dos ativos intangíveis e imobilizados, avaliando a existência de indicativos de que esses ativos têm sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, a Administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo através do cálculo do fluxo de caixa futuro individual descontado a valor presente, ajustando o saldo do respectivo ativo, se necessário.

b) Provisão para perdas de inventário

A provisão para perdas dos estoques é estimada com base no percentual de histórico de perdas na execução do inventário físico de lojas e centrais de distribuições, além de considerar produtos com giro lento ou não vendáveis.

c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Administração avalia periodicamente a provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerando, principalmente, a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais da carteira, com relação às operações de cartão de crédito próprio, de terceiros e de outros valores a receber. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso para atribuição dos níveis de provisionamento aos clientes devedores.

Na controlada indireta Midway Financeira as contas a receber vencidas a partir de 181 dias permanecem no saldo da conta "Contas a receber", mas são registrados na conta "Provisão para créditos de liquidação duvidosa".

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**d) Provisão para passivos eventuais**

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas são partes de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

e) Impostos diferidos

Os ativos fiscais diferidos são calculados com base em estudo sobre a expectativa de realização do lucro tributável futuro, trazido a valor presente e deduzido de todas as diferenças temporárias, anualmente revisado e aprovado pela Administração. As projeções dos resultados futuros consideram as principais variáveis de desempenho da economia brasileira, o volume e o preço das vendas e as alíquotas dos tributos.

1.23. LUCRO POR AÇÃO

Conforme a IAS 33 e o CPC 41 – Lucro por ação, o lucro líquido deve ser apresentado como básico e diluído.

1.24. NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS EXISTENTES QUE AINDA NÃO ESTÃO EM VIGOR E NÃO FORAM ADOTADAS ANTECIPADAMENTE PELA COMPANHIA E SUAS CONTROLADAS

Foram aprovados e emitidos até a divulgação das referidas demonstrações financeiras, normas da CVM, novos pronunciamentos técnicos contábeis, além de revisões de pronunciamentos anteriormente publicados, e novas interpretações do CPC e do IASB, aplicáveis ao exercício encerrado a partir de dezembro de 2011 e às demonstrações financeiras de 2010 a serem divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras de 2011, para fins de comparação.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Pronunciamento	Descrição	Aplicável a
		períodos anuais com início em ou após
Modificações à IFRS 1	Isenção limitada de divulgações comparativas da IFRS 7 para adotantes iniciais	01/07/2010
Modificações à IFRS 1	Eliminação de datas fixas para adotantes pela primeira vez das IFRSs	01/07/2011
Modificações à IFRS 7	Divulgações - transferências de ativos financeiros	01/07/2011
IFRS 9 (conforme alterada em 2010)	Instrumentos financeiros	01/01/2013
Modificações à IAS 12	Impostos diferidos - recuperação dos ativos subjacentes quando o ativo é mensurado pelo modelo de valor justo da IAS 40	01/01/2012
Modificações à IAS 32	Classificação de direitos	01/02/2010
Modificações à IFRIC 14	Pagamentos antecipados de exigência mínima de financiamento	01/01/2011
IFRIC 19	Liquidação de passivos financeiros com instrumentos de patrimônio	01/07/2010
IFRIC 13	Programa de fidelidade de clientes	01/07/2010

2. CONTROLADAS DA COMPANHIA

	Participação %	
	2010	2009
Lojas Riachuelo S.A.	100	100
Midway Shopping Center Ltda	100	100
Midway S.A. Crédito, Financiamento e Investimento *	100	100
Transportadora Casa Verde Ltda.	100	100

* Controle indireto. A controlada Lojas Riachuelo S.A. detém o controle direto desta empresa.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas e o valor de participação dos acionistas minoritários é calculado e demonstrado separadamente.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**3. ADOÇÃO INICIAL DAS ALTERAÇÕES DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO BRASIL E NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE EMITIDAS PELO IASB****3.1. Aplicação da IFRS**

As demonstrações financeiras consolidadas (identificadas como Consolidado) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras apresentadas de acordo com as IFRSs. A Companhia aplicou as políticas contábeis definidas em todos os exercícios apresentados, o que inclui o balanço patrimonial na data de transição, definida como 1º de janeiro de 2009. Na mensuração dos ajustes nos saldos de abertura e preparação do balanço patrimonial na data de transição, a Companhia aplicou as exceções obrigatórias e certas isenções opcionais de aplicação retrospectiva previstas na IFRS 1 e no CPC 37(R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

3.2. Adoção das novas práticas contábeis adotadas no Brasil

Na preparação das suas demonstrações financeiras individuais (identificadas como Controladora), a Companhia adotou todos os pronunciamentos e respectivas interpretações técnicas e orientações técnicas emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM, que juntamente com as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira são denominados como práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A Companhia aplicou as políticas contábeis definidas em todos os períodos apresentados, o que inclui o balanço patrimonial de abertura em 1º de janeiro de 2009. Na mensuração dos ajustes e preparação desse balanço patrimonial de abertura, a Companhia aplicou os requerimentos constantes no CPC 43(R1) - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40, ajustando as suas demonstrações financeiras individuais de tal forma que elas produzissem, quando consolidadas, os mesmos valores de patrimônio líquido, atribuível aos proprietários da controladora, e resultado em relação a consolidação elaborada conforme as IFRSs através da aplicação da IFRS 1 e no CPC 37(R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. Para isso, a Companhia efetuou nas duas demonstrações financeiras individuais os ajustes efetuados para a adoção das IFRSs nas demonstrações financeiras consolidadas. Tal procedimento foi adotado de forma a obter o mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos proprietários da controladora nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

3.3. As conciliações para as práticas contábeis nas demonstrações financeiras individual e consolidado estão demonstradas como segue:

Controladora						
Em 01/01/2009			Em 31/12/2009			
(data de transição)			(data do último exercício apresentado de acordo com			
Item	BR GAAP anterior	Efeito da transição para as IFRSs	IFRS	BR GAAP anterior	Efeito da transição para as IFRSs	IFRS
Ativos						
Ativos circulantes						
Caixa e equivalentes de caixa	7.019	-	7.019	25.922	-	25.922
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	-
Contas a receber de clientes	375.858	-	375.858	238.057	-	238.057
Estoques	122.562	-	122.562	98.710	-	98.710
Tributos a recuperar	6.515	-	6.515	9.922	-	9.922
Partes relacionadas	19.341	-	19.341	32.744	-	32.744
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	-	-	-
Outras contas a receber	7.663	-	7.663	8.795	-	8.795
Total dos ativos circulantes	538.958	-	538.958	414.150	-	414.150
Ativos não circulantes						
Tributos a recuperar	886	-	886	740	-	740
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	-	-	-
Partes relacionadas	11.327	-	11.327	15.725	-	15.725
Depósitos judiciais e Outros	1.641	-	1.641	15.644	-	15.644
Investimentos:						
Sociedades controladas	710.122	(48.707)	661.415	986.547	(41.927)	944.620
Imóveis comerciais	172.828	198.455	371.283	172.277	198.781	371.058
Propriedade para investimento	-	-	-	-	-	-
Imobilizado	131.192	81.287	212.479	134.227	81.704	215.931
Intangível	65	-	65	65	-	65
Diferido	-	-	-	-	-	-
Total dos ativos não circulantes	1.028.061	231.035	1.259.096	1.325.225	238.558	1.563.783
Total dos ativos	1.567.019	231.035	1.798.054	1.739.375	238.558	1.977.933

Consolidado						
Em 01/01/2009			Em 31/12/2009			
(data de transição)			(data do último exercício apresentado de acordo com as			
Item	BR GAAP anterior	Efeito da transição para as IFRSs	IFRS	BR GAAP anterior	Efeito da transição para as IFRSs	IFRS
Ativos						
Ativos circulantes						
Caixa e equivalentes de caixa	33.645	-	33.645	31.609	-	31.609
Títulos e valores mobiliários	46.564	-	46.564	51.219	-	51.219
Contas a receber de clientes	422.022	(16.901)	405.121	675.626	(1.503)	674.123
Estoques	375.803	-	375.803	339.602	-	339.602
Tributos a recuperar	-	-	-	-	-	-
Partes relacionadas	34.761	-	34.761	18.998	-	18.998
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21.719	(21.719)	-	41.972	(41.972)	-
Outras contas a receber	22.538	13.191	35.729	16.703	1.504	18.207
Total dos ativos circulantes	957.052	(25.429)	931.623	1.175.729	(41.971)	1.133.758
Ativos não circulantes						
Tributos a recuperar	20.771	-	20.771	17.532	-	17.532
Imposto de renda e contribuição social diferidos	36.935	22.980	59.915	47.502	42.952	90.454
Partes relacionadas	-	-	-	-	-	-
Depósitos judiciais e Outros	2.500	-	2.500	22.097	-	22.097
Investimentos:						
Sociedades controladas	-	-	-	-	-	-
Imóveis comerciais	1.256	-	1.256	1.256	-	1.256
Propriedade para investimento	-	187.683	187.683	-	203.364	203.364
Imobilizado	926.499	92.564	1.019.063	963.047	77.513	1.040.560
Intangível	33.748	60	33.808	38.465	48	38.513
Diferido	3.722	(3.722)	-	2.894	(2.894)	-
Total dos ativos não circulantes	1.025.431	299.565	1.324.996	1.092.793	320.983	1.413.776
Total dos ativos	1.982.483	274.136	2.256.619	2.268.522	279.012	2.547.534

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Controladora						
Em 01/01/2009			Em 31/12/2009			
(data de transição)			(data do último exercício apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)			
	<u>BR GAAP anterior</u>	<u>Efeito da transição para as IFRSs</u>	<u>IFRS</u>	<u>BR GAAP anterior</u>	<u>Efeito da transição para as IFRSs</u>	<u>IFRS</u>
Passivos						
Passivos circulantes						
Fornecedores	47.027	-	47.027	57.480	-	57.480
Empréstimos e financiamentos	184	-	184	156	-	156
Salários e encargos sociais	68.222	-	68.222	32.458	-	32.458
Impostos e contribuições sociais	8.687	-	8.687	14.322	-	14.322
Dividendos propostos	29.461	(368)	29.093	41.972	(666)	41.306
Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	-	-	-	-	-	-
Obrigações com créditos cedidos	-	-	-	-	-	-
Outras contas a pagar	6.099	-	6.099	4.995	-	4.995
Total dos passivos circulantes	159.680	(368)	159.312	151.383	(666)	150.717
Passivos não circulantes						
Provisão para passivos eventuais	14.149	-	14.149	24.181	-	24.181
Empréstimos com partes relacionadas	9.429	-	9.429	21.547	-	21.547
Contribuição social	10.149	-	10.149	2.323	-	2.323
Impostos e contribuições sociais diferidos	-	95.112	95.112	-	95.365	95.365
Receitas Diferidas	-	-	-	-	-	-
Total dos passivos não circulantes	33.727	95.112	128.839	48.051	95.365	143.416
Total dos passivos	193.407	94.744	288.151	199.434	94.699	294.133
Capital e reservas						
Capital social	1.200.000	-	1.200.000	1.300.000	-	1.300.000
Reserva de lucros	173.612	-	173.612	239.941	-	239.941
Ajuste de avaliação patrimonial	-	184.630	184.630	-	180.707	180.707
Dividendos adicionais propostos	-	368	368	-	666	666
Prejuízos acumulados	-	(48.707)	(48.707)	-	(37.514)	(37.514)
Total do patrimônio líquido	1.373.612	136.291	1.509.903	1.539.941	143.859	1.683.800
Total do patrimônio líquido e passivos	1.567.019	231.035	1.798.054	1.739.375	238.558	1.977.933

Consolidado						
Em 01/01/2009			Em 31/12/2009			
(data de transição)			(data do último exercício apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)			
	<u>BR GAAP anterior</u>	<u>Efeito da transição para as IFRSs</u>	<u>IFRS</u>	<u>BR GAAP anterior</u>	<u>Efeito da transição para as IFRSs</u>	<u>IFRS</u>
Passivos						
Passivos circulantes						
Fornecedores	189.447	-	189.447	233.790	-	233.790
Empréstimos e financiamentos	121.862	-	121.862	101.054	-	101.054
Salários e encargos sociais	165.250	(18.781)	146.469	114.769	(23.197)	91.572
Impostos e contribuições sociais	74.984	-	74.984	100.984	-	100.984
Dividendos propostos	29.461	(368)	29.093	41.972	(666)	41.306
Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	4.309	-	4.309	4.563	-	4.563
Obrigações com créditos cedidos	-	-	-	56.584	-	56.584
Outras contas a pagar	27.824	(6.308)	21.516	55.136	(7.044)	48.092
Total dos passivos circulantes	613.137	(25.457)	587.680	708.852	(30.907)	677.945
Passivos não circulantes						
Provisão para passivos eventuais	22.282	18.781	41.063	35.989	23.197	59.186
Empréstimos com partes relacionadas	9.429	-	9.429	21.547	-	21.547
Contribuição social	10.149	-	10.149	2.323	-	2.323
Impostos e contribuições sociais diferidos	-	95.112	95.112	-	95.365	95.365
Receitas Diferidas	688	2.595	3.283	325	7.043	7.368
Total dos passivos não circulantes	42.548	116.488	159.036	60.184	125.605	185.789
Total dos passivos	655.685	91.031	746.716	769.036	94.698	863.734
Capital e reservas						
Capital social	1.200.000	-	1.200.000	1.300.000	-	1.300.000
Reserva de lucros	126.798	-	126.798	199.486	-	199.486
Ajuste de avaliação patrimonial	-	184.630	184.630	-	180.707	180.707
Dividendos adicionais propostos	-	368	368	-	666	666
Prejuízos acumulados	-	(1.893)	(1.893)	-	2.941	2.941
Total do patrimônio líquido	1.326.798	183.105	1.509.903	1.499.486	184.314	1.683.800
Total do patrimônio líquido e passivos	1.982.483	274.136	2.256.619	2.268.522	279.012	2.547.534

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**Resultado:**

Controladora			
Em 31/12/2009			
(data do último exercício apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)			
Item	BR GAAP anterior	Efeito da transição para as IFRSs	IFRS
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	751.856	-	751.856
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS E SERVIÇOS PRESTADOS	(542.205)	391	(541.814)
LUCRO BRUTO	209.651	391	210.042
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas comerciais	(8.122)	149	(7.973)
Despesas gerais e administrativas	(58.134)	3.596	(54.538)
Honorários da Administração	(5.264)	-	(5.264)
Depreciação e amortização	-	(9.904)	(9.904)
Resultado de equivalência patrimonial	51.841	6.780	58.621
Outras receitas (despesas) operacionais - líquidas	48.557	6.511	55.068
TOTAL	28.878	7.132	36.010
LUCRO OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS	238.529	7.523	246.052
Receitas financeiras	2.711	-	2.711
Despesas financeiras	(4.102)	-	(4.102)
	(1.391)	-	(1.391)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	237.138	7.523	244.661
IMPOSTO DE RENDA CORRENTE	(13.669)	-	(13.669)
IMPOSTO DE RENDA DIFERIDO	-	(186)	(186)
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE	(15.644)	-	(15.644)
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDO	-	(67)	(67)
	(29.313)	(253)	(29.566)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	207.825	7.270	215.095
Lucro basico/diluido por ações ordinarias - ON R\$	3,17		3,28
Lucro basico/diluido por ações preferencias - PN R\$	3,49		3,61

Consolidado			
Em 31/12/2009			
(data do último exercício apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)			
Item	BR GAAP anterior	Efeito da transição para as IFRSs	IFRS
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	2.183.457	667	2.184.124
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS E SERVIÇOS PRESTADOS	(959.888)	12.622	(947.266)
LUCRO BRUTO	1.223.569	13.289	1.236.858
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas comerciais	(681.341)	149	(681.192)
Despesas gerais e administrativas	(307.885)	79.109	(228.776)
Honorários da Administração	(11.421)	-	(11.421)
Depreciação e amortização	-	(85.381)	(85.381)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais - líquidas	14.013	6.546	20.559
TOTAL	(986.634)	423	(986.211)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS	236.935	13.712	250.647
Receitas financeiras	86.736	-	86.736
Despesas financeiras	(61.024)	(12.235)	(73.259)
	25.712	(12.235)	13.477
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	262.647	1.477	264.124
IMPOSTO DE RENDA CORRENTE	(40.405)	-	(40.405)
IMPOSTO DE RENDA DIFERIDO	20.194	(466)	19.728
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE	(38.912)	-	(38.912)
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDO	10.627	(67)	10.560
	(48.496)	(533)	(49.029)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	214.151	944	215.095
Lucro basico/diluido por ações ordinarias - ON R\$			-
Lucro basico/diluido por ações preferencias - PN R\$			-

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

A seguir estão demonstradas as conciliações do patrimônio líquido, resultado e fluxo de caixa:

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Item	Controladora		Consolidado	
		01/01/2009	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2009
Patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis anteriores					
Custo atribuído ao imobilizado	(a)	1.373.612	1.539.941	1.326.798	1.499.486
Efeito dos lucros não realizados nos estoques	(e)	279.742	273.798	279.742	273.798
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os aj	(c)	(70.930)	(61.295)	-	-
Equivalência patrimonial de controlada	(b)	(70.996)	(67.838)	(95.112)	(93.091)
Estorno depreciação custo anterior	(a)	(1.893)	(1.472)	(1.893)	(1.472)
Dividendos adicionais propostos	(d)	-	-	-	4.413
		368	666	368	666
Patrimônio líquido de acordo com os novos pronunciamentos					
		1.509.903	1.683.800	1.509.903	1.683.800

RESULTADO	Item	Controladora	Consolidado
		2009	2009
Lucro líquido de acordo com as práticas contábeis anteriores			
Custo atribuído ao imobilizado líquido dos impostos	(a)	207.825	214.151
Efeito dos lucros não realizados nos estoques líquido dos impostos	(e)	-	3.923
Equivalência patrimonial de Controlada	(b)	6.359	-
Estorno depreciação custo anterior	(a)	421	421
		4.413	4.413
Lucro líquido de acordo com as IFRSs			
		215.095	215.062

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa da Companhia e de suas controladas mantiveram-se inalterados na adoção pela primeira vez do IFRS e dos CPCs, entretanto, a apresentação da Demonstração dos fluxos de caixa sofre alterações devido aos ajustes que impactam algumas das rubricas desta demonstração.

FLUXO DE CAIXA	Item	Controladora			Consolidado		
		Em 31/12/2009			Em 31/12/2009		
		(data do último exercício apresentado)			(data do último exercício apresentado)		
		Efeito da transição para as IFRSs			Efeito da transição para as IFRSs		
		BR GAAP anterior	IFRSs	IFRS	BR GAAP anterior	IFRSs	IFRS
Fluxo de caixa das atividades operacionais		66.138	6.326	72.464	201.951	(6.627)	208.578
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		(24.254)	(6.326)	(30.580)	(164.626)	6.174	(170.800)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		(22.981)		(22.981)	(39.361)	453	(39.814)

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**Notas às reconciliações**

Os novos pronunciamentos técnicos adotados pela Companhia que tiveram impacto nas demonstrações financeiras, em decorrência de divergências de prática com as normas vigentes anteriormente a 31 de dezembro de 2008 são demonstrados nas notas a seguir:

a) CPC 27 – Ativo Imobilizado (equivalente ao IAS 16)

A Companhia adotou a prática de revisão dos custos históricos dos bens do ativo imobilizado e utilização da prática do “custo atribuído” (“deemed cost”), conforme opção prevista nos parágrafos 20 a 29 da ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43, para registro do saldo inicial do ativo imobilizado na adoção inicial do CPC 27 - Ativo imobilizado e da ICPC 10, para as rubricas de terrenos, edifícios, máquinas e instalações. Para os demais itens do ativo imobilizado da Controladora, a Administração concluiu que o custo histórico se aproxima do valor justo em função das manutenções e reformas e neste caso não se aplica a prática do custo atribuído.

Para as Controladas, não foi adotada a prática do custo atribuído, em função das análises realizadas pela Administração para os itens de relevância registrados no imobilizado, representados substancialmente por bens de informática, instalações e benfeitorias em imóveis locados, concluiu-se que o custo histórico registrado aproxima-se do valor justo desses bens e, portanto, não se aplica a prática do custo atribuído. Tal conclusão está amparada nos seguintes aspectos: (i) as lojas locadas pela Companhia são submetidas a reformas periódicas com o objetivo de modernizá-las e torná-las adequadas e atrativas ao seu público. Nos últimos cinco anos, cerca de 60% das lojas da Companhia foram remodeladas ou inauguradas; (ii) as instalações das Centrais de Distribuição foram recentemente reformadas, visando adequar ao modelo de gestão dos estoques; e (iii) as instalações da Matriz foram reformadas e modernizadas em 2006.

b) CPC 04 – Ativo Intangível (equivalente ao IAS 38)

Quando da adoção dos CPCs 01 a 14, a controlada indireta Midway Financeira optou por manter em suas demonstrações financeiras o ativo diferido, de acordo com as normas do BACEN. Tendo em vista que estas representam as primeiras demonstrações financeiras consolidadas em IFRS da Companhia, o ativo diferido mantido pela Midway Financeira está sendo ajustado para fins de cálculo da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais da Companhia e baixado para fins das demonstrações financeiras consolidadas. O efeito líquido deste ajuste está abaixo demonstrado:

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

	31/12/09	01/01/09
Ativo diferido	3.505	3.505
Amortização acumulada	(1.051)	(350)
Saldo líquido ajustado	2.454	3.155
Imposto de renda e contribuição social diferido	(982)	(1.262)
Ajuste líquido	<u>1.472</u>	<u>1.893</u>

c) CPC 32 - Tributos sobre o Lucro (equivalente ao IAS 12)

As diferenças apontadas na reconciliação do patrimônio líquido e do lucro líquido entre as práticas contábeis anteriormente adotadas no Brasil e a aplicação de CPCs/IFRSs foram objeto de análise para registro de imposto de renda e contribuição social diferidos, considerando os critérios descritos anteriormente. A Companhia reconheceu o imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre os ajustes de práticas contábeis apontados na reconciliação correspondente ao item h) desta nota.

d) ICPC 8—Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos (equivalente ao IAS 10)

A parcela de lucro proposta pela Companhia em valor superior a 25% do dividendo mínimo obrigatório e que não foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária dentro do exercício social, foi reclassificada do passivo circulante (dividendos propostos) para o patrimônio líquido em conta específica de reserva de lucros (dividendo adicional proposto).

De acordo com o antigo BR GAAP, os juros sobre o capital próprio e os dividendos são reconhecidos no final do exercício, ainda que os dividendos não tenham sido oficialmente declarados, o que ocorrerá no exercício seguinte. De acordo com o IFRS, os dividendos são reconhecidos somente quando se constitui a obrigação legal. Dessa forma, qualquer proposta para pagamento acima do dividendo mínimo obrigatório, somente é reconhecido quando declarado.

e) ICPC 09 – Demonstrações contábeis individuais, separadas, e condensadas e aplicação do método de equivalência patrimonial

As diferenças apontadas nas reconciliações do patrimônio líquido e do lucro líquido entre as práticas contábeis anteriormente adotadas no Brasil e aplicação de CPC's / IFRSs foram objeto de análise para o registro de lucros não realizados em operações com controladas considerando os critérios descritos anteriormente.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

A Companhia nas operações com a Controlada Riachuelo eliminou os lucros não realizados, líquidos dos impostos, não gerando diferenças entre os respectivos patrimônio líquido e do lucro líquido reconciliados (controladora e consolidado).

f) Reclassificações das demonstrações financeiras

Com o objetivo de apresentar uma melhor comparação entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, o balanço patrimonial e a demonstração do resultado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009 e o balanço patrimonial na data de transição, em 1º de janeiro de 2009, foram reclassificados, a fim de estar consistente com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

g) CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis (equivalente ao IAS 1)

Determina a base de apresentação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, para assegurar a comparabilidade, seja das demonstrações de períodos anteriores da mesma entidade, seja das demonstrações financeiras de outras entidades. O principal impacto está na apresentação da demonstração do resultado abrangente, na alocação integral do imposto de renda e da contribuição social diferidos para o ativo não circulante e na apresentação separada de outras receitas e despesas operacionais.

h) CPC 40/IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação

Requer a apresentação de informações que permitam aos usuários avaliar a significância dos instrumentos financeiros para a posição patrimonial e performance da entidade; a natureza e a extensão dos riscos oriundos de instrumentos financeiros aos quais a entidade está exposta; e a forma pela qual a entidade gerencia esses riscos. A Administração deve analisar a divulgação adicional requerida em suas informações e demonstrações financeiras de acordo com as exposições financeiras e de negócio, além do seu gerenciamento de risco e capital.

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas atenderam aos requerimentos de evidenciação anteriormente normatizados pelo pronunciamento CPC 14 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação para elaboração das demonstrações financeiras, originalmente apresentadas para 31 de dezembro de 2009. As demonstrações financeiras, comparativamente com as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2009, ora reapresentadas, atendem aos requerimentos previstos no pronunciamento CPC 40/IFRS 7.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**i) CPC 41/IAS 33 - Resultado por Ação**

Determina que o resultado por ação deva ser calculado e divulgado em: (i) básico, dividindo-se o lucro ou prejuízo pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas, excluídas as mantidas em tesouraria, durante o período; e (ii) diluído, no qual o lucro ou o prejuízo atribuível aos titulares de ações ordinárias são ajustados (capital próprio ordinário) da entidade, bem como o número médio ponderado de ações totais em poder dos acionistas (em circulação), para refletir os efeitos de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras.

j) CPC 22 - Informações por Segmento (equivalente ao IFRS 8)

Determina a necessidade de divulgação de informações segregadas por segmento operacional, definido como um componente da entidade: (i) que desenvolve atividades de negócio que geram receitas e incorre em despesas; (ii) que permite a revisão dos resultados operacionais pelo principal gestor das operações para a tomada de decisão sobre alocação de recursos e avaliação de desempenho; e (iii) que possui informação financeira individualizada disponível.

k) CPC 28/IAS 40 – Propriedade para investimento

Determina o estabelecimento o tratamento contábil de propriedades para investimento e respectivos requisitos de divulgação.

l) Aplicação do IFRS 1 e CPC 37(R1), “First-time Adoption”

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras a ser apresentadas de acordo com as IFRS. A Companhia preparou o balanço de abertura em 1º de janeiro de 2009, preparado de acordo com a IFRS 1, aplicando as exceções obrigatórias e certas isenções, retrospectivamente, na aplicação integral das IFRS.

A Companhia adotou as seguintes isenções, opcionais, na aplicação retrospectiva integral:

- Isenção para combinação de negócios - a Administração optou por não aplicar retroativamente a IFRS 3/CPC 15 nas combinações de negócio passadas.
- Isenção na mensuração do plano de benefícios a empregados - a Companhia não possuía plano de benefícios a empregados na data de transição para as IFRS/CPCs.
- Isenção relativa à mensuração de instrumentos financeiros compostos (derivativos) - a Companhia não possuía instrumentos financeiros compostos (derivativos) na data de transição para as IFRS.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

- Isenção relacionada ao reconhecimento de participação em controlada – as controladas direta e indireta da Companhia não possuíam demonstrações financeiras apresentadas em IFRS na data de transição; por essa razão, a Administração optou por adotar a mesma data de transição em suas controladas direta e indireta.
- Isenção relativa à classificação de instrumentos financeiros - a Companhia optou por classificar e avaliar seus instrumentos financeiros de acordo com a IAS 32 e IAS 39 (equivalente ao CPC 38 e CPC 39, respectivamente) na data de transição; portanto, a análise retrospectiva dos contratos originais, dos atuais instrumentos financeiros, não foi efetuada na data de transição para as IFRS/CPCs. Todos os instrumentos financeiros contratados após a data de transição foram analisados e classificados de acordo com as IFRS/CPCs na data de sua contratação.
- A Companhia adotou as isenções obrigatórias na aplicação retrospectiva, conforme segue:
 - Isenção para não reconhecimento de ativos e passivos financeiros - a Administração concluiu não existir ativos e passivos financeiros não derivativos que devessem ser excluídos dos registros contábeis, na data de transição para as IFRS.
 - Isenção para contabilização de operações de “hedge” - a Companhia não possuía nenhuma transação classificada como “hedge” para fins de IFRS, na data de transição; por essa razão, não existiam ajustes a ser contabilizados.
 - Isenção de estimativas - a Companhia não efetuou nenhum ajuste nas estimativas registradas nas práticas contábeis anteriores, uma vez que entendeu que essas estimativas estavam de acordo com as IFRS na data de transição.
 - Isenção de ativos classificados como disponíveis para venda e de operações descontinuadas - a Companhia não possuía ativos classificados para venda e não relatou nenhuma operação descontinuada na data de transição para as IFRS.

3.4. Efeitos no resultado e no patrimônio líquido para cada trimestre de 2009 e de 2010, decorrentes da plena adoção do IFRS e das novas práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme Deliberação CVM nº 656 de 26/01/11

A Companhia optou por rerepresentar as ITRs de 2010 comparativamente com as de 2009, também ajustadas às normas de 2010, quando da rerepresentação da primeira ITR de 2011, conforme permitido pela Deliberação CVM nº 656, de 25 de janeiro de 2011. Os efeitos do resultado e patrimônio líquido para cada trimestre de 2009 e de 2010 estão demonstrados a seguir:

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Controladora (BR GAAP)							
	01/01/2009	31/03/2009	30/06/2009	30/09/2009	31/12/2009	31/03/2010	30/06/2010	30/09/2010
Patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis anteriores	1.373.612	1.378.184	1.431.358	1.489.570	1.539.941	1.584.864	1.650.976	1.726.064
Custo atribuído ao imobilizado								
Custo atribuído ao imobilizado	279.742	278.256	276.770	275.284	273.798	272.312	270.826	269.340
Estorno da depreciação histórica do custo atribuído		1.672	3.344	5.016	6.688	1.672	3.344	5.016
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os ajustes	(95.112)	(94.607)	(94.102)	(93.597)	(93.091)	(92.586)	(92.081)	(91.576)
Imposto de renda e contribuição social diferidos dos estornos da depreciação histórica		(569)	(1.137)	(1.706)	(2.274)	(626)	(1.252)	(1.878)
Efeito dos lucros não realizados nos estoques	(46.814)	(32.865)	(43.493)	(49.909)	(40.455)	(33.054)	(40.952)	(52.304)
Ajuste de equivalência da controlada - adoção da novas práticas	(1.893)	(1.788)	(1.683)	(1.578)	(1.473)	-	-	-
Total dos ajustes com a adoção dos novos pronunciamentos	135.923	150.100	139.699	133.511	143.193	147.718	139.885	128.598
Patrimônio líquido de acordo com os novos pronunciamentos	1.509.535	1.528.284	1.571.057	1.623.081	1.683.134	1.732.582	1.790.861	1.854.662
	-							
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Consolidado (BR GAAP e IFRS)							
	01/01/2009	31/03/2009	30/06/2009	30/09/2009	31/12/2009	31/03/2010	30/06/2010	30/09/2010
Patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis anteriores	1.326.798	1.345.319	1.387.865	1.439.661	1.499.486	1.551.810	1.610.024	1.673.760
Custo atribuído ao imobilizado								
Custo atribuído ao imobilizado - terrenos	279.742	278.256	276.770	275.284	273.798	272.312	270.826	269.340
Estorno da depreciação histórica do custo atribuído	-	1.672	3.344	5.016	6.688	1.672	3.344	5.016
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os ajustes	(95.112)	(94.607)	(94.102)	(93.597)	(93.091)	(92.586)	(92.081)	(91.576)
Imposto de renda e contribuição social diferidos dos estornos da depreciação histórica	-	(569)	(1.137)	(1.706)	(2.274)	(626)	(1.252)	(1.878)
Ajuste de equivalência da controlada - adoção da novas práticas	(1.893)	(1.788)	(1.683)	(1.578)	(1.473)	-	-	-
Total dos ajustes com a adoção dos novos pronunciamentos	182.737	182.965	183.192	183.420	183.648	180.772	180.837	180.902
Patrimônio líquido de acordo com os novos pronunciamentos	1.509.535	1.528.284	1.571.057	1.623.081	1.683.134	1.732.582	1.790.861	1.854.662

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfasesRESULTADO

RESULTADO	Controladora (BR GAAP)						
	31/03/2009	30/06/2009	30/09/2009	31/12/2009	31/03/2010	30/06/2010	30/09/2010
Lucro líquido de acordo com as práticas contábeis anteriores	4.572	53.175	58.211	91.867	44.923	66.112	75.088
Custo dos produtos vendidos - exaustão do custo atribuído	(1.486)	(1.486)	(1.486)	(1.486)	(1.486)	(1.486)	(1.486)
Estorno da depreciação historica do custo atribuido	1.672	1.672	1.672	1.672	1.841	1.841	1.841
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os ajustes	505	505	505	506	505	505	505
Imposto de renda e contribuição social diferidos dos estornos da depreciação historica	(569)	(569)	(569)	(567)	1.648	(626)	(626)
Efeito dos lucros nos estoques	13.926	(10.633)	(6.417)	9.450	7.401	(7.898)	(11.352)
Ajuste de equivalencia da controlada - adoção da novas praticas	105	105	105	105			
Outros				33			
Efeito líquido decorrente da aplicação de novas práticas contábeis	14.153	(10.406)	(6.190)	9.713	9.909	(7.664)	(11.118)
Total dos ajustes ao resultado de acordo com as IFRSs	18.725	42.769	52.021	101.580	54.832	58.448	63.970

	Consolidado (BR GAAP)						
	31/03/2009	30/06/2009	30/09/2009	31/12/2009	31/03/2010	30/06/2010	30/09/2010
Lucro líquido de acordo com as práticas contábeis anteriores	18.498	42.542	51.794	101.317	52.324	58.214	63.736
Custo dos produtos vendidos - exaustão do custo atribuído	(1.486)	(1.486)	(1.486)	(1.486)	(1.486)	(1.486)	(1.486)
Estorno da depreciação histórica do custo atribuído	1.672	1.672	1.672	1.672	1.841	1.841	1.841
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os ajustes	505	505	505	506	505	505	505
Imposto de renda e contribuição social diferidos dos estornos da depreciação histórica	(569)	(569)	(569)	(567)	1.648	(626)	(626)
Ajuste de equivalência da controlada - adoção da novas praticas	105	105	105	105	-	-	-
Outros	-	-	-	33	-	-	-
Efeito líquido decorrente da aplicação de novas práticas contábeis	227	227	227	263	2.508	234	234
Total dos ajustes ao resultado de acordo com as IFRSs	18.725	42.769	52.021	101.580	54.832	58.448	63.970

Estas informações trimestrais foram sujeitas aos procedimentos de revisão especial aplicados pelos auditores independentes da Companhia, conforme requerimentos da CVM para informações trimestrais (NPA 06 IBRACON), incluindo os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis, não tendo sido portanto, sujeitas aos procedimentos de auditoria.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas***Principais fontes de julgamento e estimativas***

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas CPC determinam que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: provisão para crédito de liquidação duvidosa, provisões para perdas de inventário, redução dos valores de recuperação dos ativos, provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia e de suas controladas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais, e estão demonstrados a seguir:

a) Redução dos valores de recuperação dos ativos

A cada encerramento de período de relatório, a Companhia revisa os saldos dos ativos intangíveis e imobilizados, avaliando a existência de indicativos de que esses ativos têm sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, a Administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo através do cálculo do fluxo de caixa futuro individual descontado a valor presente, ajustando o saldo do respectivo ativo, se necessário.

b) Provisão para perdas de inventário

A provisão para perdas dos estoques é estimada com base no percentual de histórico de perdas na execução do inventário físico de lojas e centrais de distribuições, além de considerar produtos com giro lento ou não vendáveis.

c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Administração avalia periodicamente a provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerando, principalmente, a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais da carteira, com relação às operações de cartão de crédito próprio, de terceiros e de outros valores a receber. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso para atribuição dos níveis de provisionamento aos clientes devedores.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Na controlada indireta Midway Financeira as contas a receber vencidas a partir de 181 dias permanecem no saldo da conta “Contas a receber”, mas são registrados na conta “Provisão para créditos de liquidação duvidosa”.

d) Provisão para passivos eventuais

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas são partes de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

e) Impostos diferidos

Os ativos fiscais diferidos são calculados com base em estudo sobre a expectativa de realização do lucro tributável futuro, trazido a valor presente e deduzido de todas as diferenças temporárias, anualmente revisado e aprovado pela Administração. As projeções dos resultados futuros consideram as principais variáveis de desempenho da economia brasileira, o volume e o preço das vendas e as alíquotas.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

Além dos registros contábeis dos documentos, a Companhia adota controles paralelos desenvolvidos pela área de Tecnologia de Informação – TI, que evidencia a quantidade produzida por espécie de produtos, alocando todos os gastos direcionados a produção, inclusive mão de obra empregada, fornecendo sustentação para elaboração dos custos, o mais real possível.

Os equipamentos são controlados por um sistema de controle patrimonial desenvolvido pela área de sistemas, emitindo no final do mês relatório de depreciação, contabilizando automaticamente nos respectivos centros de custos produtivos, alocando também uma pequena parcela para a área administrativa.

A Companhia possui um sistema integrado, que a partir do registro da entrada da matéria prima e outras mercadorias, através das notas fiscais, ele abastece as áreas com as informações necessárias, sendo elas produtivas como as demais áreas.

O ciclo finaliza até a saída dos produtos através das vendas, quando são emitidas as notas fiscais de vendas.

Raramente existe identificação de distorções, principalmente na ocasião da elaboração dos custos, testados através de parâmetros são evidenciados e corrigidos no próprio mês de ocorrência.

Atualmente a empresa está em fase de implantação de um novo módulo integrado de controle de produção que irá abranger todas as áreas já enquadradas no sistema.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

NÃO APLICÁVEL

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

NÃO APLICÁVEL

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

NÃO APLICÁVEL